

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Director,

Vitorino Simões Lopes Sampaio

Propriedade da Empresa de *A Velha Guarda*

Editor,

Aleindo Dias Pereira

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua 31 de Janeiro, 165 — Composto e impresso na Tip. do «Noticias de Fafe»: Rua Monsenhor — FAFE

Notas à margem

Que *«a República é um axioma, uma verdade fóra e acima de todas as discussões»*, disse-o há dias, no acto da sua posse, o novo Ministro da Guerra, sr. Schiapa de Azevedo, acrescentando que *«o exército é estruturalmente republicano»*, ou seja que com o Exército ninguém poderá contar para qualquer investida contra a República.

Afirmações idênticas, feitas nos mesmos termos peremptórios, a outros vultos da situação se tem ouvido, e é então caso para perguntar porque vivem intranquilos e descontentes tantos republicanos se a República assim se dedura indestructível, e os que hoje a governam tão terminantemente se dizem para sempre presos á sua defesa por convicção e dignidade.

Se a República é uma verdade que se não contesta, que se declara axiomática, pondo-a, por isso, acima e fóra de todas as discussões, e se não corre risco algum de subverter-se essa verdade tão certa, todos os republicanos se poderiam e deveriam entender para a engrandecerem, dando-lhe em dias de tranquilidade, de trabalho e de progresso, um brilho maior.

Porque há então o dissentimento que se sabe, e se tem prolongado, com tão evidentes prejuízos para todos, dissentimento que por vezes se tenta apagar mas que logo aparece quem se esforce por manter e agravar?

E' da maneira de entender essa verdade—a República—que esse dissentimento vem, e não se dirá que falta razão aos que divergem embora sem prejuizo da boa-fé com que, do outro lado, os outros republicanos a afirmam.

A República não é apenas um nome, como tantas vezes temos frisado, e nem é República apenas porque trocou um Rei ostentoso e caro por um Presidente mais simples e módico.

Por um simples nome ninguém seria capaz das luctas, dos trabalhos, dos sacrificios, dos entusiasmos que pela República se tem travado, e sofrido, e sentido; e a República não mereceria essas luctas, esses trabalhos, esses sacrificios, esses entusiasmos, se apenas reduzisse áquela su-

bstituição de magistrados toda a sua ideologia.

A República é uma forma de democracia, e os republicanos que discordam apenas a entendem, por isso, expressa em instituições e leis democráticas, instituições e leis que naturalmente só podem ser estabelecidas, dirigidas e promulgadas por quem á Democracia queira com convicção e sentimento.

Dir-se-há, e sem embargo aceitamos que assim seja, que os republicanos que do outro lado afirmam a verdade Republicana, inteligentes e cultos como são, a não reduzem também a um simples nome, nem impugnam que ela seja uma expressão da democracia, tendo, por isso, de penetrar-se dos seus princípios e dar realidade ás aspirações que nêles se contem.

Mas então, objectar-se-há, se uns e outros entendem a República pela única forma porque, sem fraudes, ela pode ser entendida e praticada, porque subsiste o desacôrdo, o conflito, a guerra?

Há elementos que ostensivamente afirmam o seu ódio á democracia; que são notoriamente os adeptos de fórmulas políticas retrogradadas; que combateram sempre todos os republicanos, apenas porque eram republicanos, e ainda hoje os caluniam e guerreiam apenas porque republicanos são; que não querem saber da República para nada, e não escondem que só provisoriamente a toleram, sem desistir da solução definitiva da sua queda; esses elementos, que já andaram á volta de Pimenta de Castro e mais de espaço urdiram a traição que se viu no tempo de Sidónio Pais, é que tornam impossível o acôrdo, a ordem, a paz que ninguém repele porque todos a desejam.

Eles é que, apesar de todas as afirmações feitas sobre a indestrutibilidade da República, mantêm, pelo conhecimento que dêles há e a notícia já larga de feitos anteriores, a desconfiança que não desarma.

República que seja uma verdadeira expressão da Democracia, com princípios republicanos, com instituições republicanas, com leis republicanas, com republicanos em todos os postos onde cabe velar pela sua segurança e

a integridade da sua doutrina, é a que querem e pedem aqueles republicanos que não andam tranquilos nem contentes.

E' a que deve querer a Ditadura, visto que ela quer a República, e não há, quanto a doutrina, duas maneiras de entendê-la.

Não é, porém, o que querem aqueles elementos que pretendem ser a sua única escolta fiel, e que, sendo contra a República, não podem fazer a República?

Fácil é a solução para que fácil seja o entendimento...

De «A República»,
de Villa do Conde.

A Velha Guarda

Val mandar para o correio os recibos para a cobrança do corrente semestre.

Como não tem fundos de reserva, nem ainda quem a subsidiar, espera de todos os correligionários e demais assinantes a gentilésia do pagamento dos recibos, logo que lhe sejam apresentados, evitando assim despesas inúteis.

«O Povo»

Completamente remodelado, brevemente deve principiar a sua publicação, como diário da manhã, o baluarte republicano «O Povo» que se publica em Lisboa.

Fazendo ardentes votos pelo seu reaparecimento, saudamos todo o corpo redactorial que, mercê todos os sacrificios, soube ocupar condignamente o seu lugar na Imprensa.

«Boletim»

Editado pela Associação do Registo Civil e Livre Pensamento, recebemos o primeiro número do «Boletim», publicação mensal que vem dedicada ao dr. Magalhães Lima, «esse excelso espirito, que passou toda a sua existencia, pugando pelo amor, pela justiça e pela paz entre os homens».

Agradecendo a visita vamos permutar.

«O Mensageiro»

Sob a direcção do Ex.º Sr. J. Rosa Baptista, recebemos «O Mensageiro», propriedade e órgão das igrejas evangélicas e que se publica na cidade de Lisboa.

NINGUEM QUERE O REGRESSO AO PASSADO

O sr. Marques Guedes, que é director do *Primeiro de Janeiro*, e já foi ministro democrático, publicava há dias no seu jornal uma carta, que nós quizemos propositadamente transcrever.

E porquê?

Porque no final vinha uma afirmação a que logo resolvemos dar o merecido destaque.

Diz o sr. Marques Guedes, corroborando o que sempre temos dito neste lugar:

—Normalidade constitucional e regresso puro e simples ao passado não são expressões sinónimas, nem nenhum republicano esclarecido as reputa já como tais.

Muito bem, muitíssimo bem. Esta é a doutrina a estabelecer e a defender.

E porque fomos nós quem primeiro teve a coragem de o afirmar, o que nos valeu algumas pedradas traiçoeiras, também queremos ser os primeiros a anotar esta atitude do director político do *Primeiro de Janeiro*.

* * *

Sim, senhor. Nenhum verdadeiro republicano, nenhum republicano digno deste nome, pode desejar ou querer o regresso puro e simples ao passado.

Os erros políticos do passado é que nos levaram ás incertezas políticas do presente.

Porque a República, no seu passado, foi menos honesta ou menos respeitadora dos supremos interesses da Nação?

Porque a República foi indigna na sua missão histórica, não defendendo, não respeitando, não honrando o bom nome da Pátria?

Porque a República administrou mal?

Porque a República malbaratou os dinheiros da Nação?

Nada disso. Toda a administração republicana pode ser apontada como um modelo de honestidade e de inteligência.

A República, defendendo sempre a Nação, apenas se não soube defender a si própria.

Com os exageros da sua tolerância política, com os seus extremos de bondade e de generosidade, com a sua estúpida boa-fé, com a sua ingenuidade imbecil, os políticos republicanos apenas não souberam fazer uma coisa:

—Criar o Estado republicano.

—Organizar o Estado republicano.

—Defender implacavelmente o Estado republicano.

E esse foi o grande mal.

O mal que é indispensável remediar.

E aqui está porque nós não queremos o regresso puro e simples ao passado.

Aqui está porque nós defendemos, abertamente, claramente, desassombradamente, esta ordem de ideias, pouco nos importando com as pedradas que nos atirem aquêles que julgam poder resuscitar as mesmas transigências do passado.

As mesmas transigências com monárquicos, que só conheciam a República para a explorar, para a desonrar e desacreditar.

O passado morreu.

O passado não volta.

São garantias seguras desta nova orientação, desta política nova, todos aquêles que têm sofrido pela República.

Todos aquêles que têm sofrido pela República, sem nada lhe terem pedido nunca—nem em honras nem em pro-veitos...

Ribeiro de Carvalho.

Da «República», de Lisboa.

Caricaturas mortas e vivas

V

Vocelencia está bom?... Toda a família é boa?...
Faça favor de entrar, sentar-se, assim, tal qual...
Quer a barba ou cabelo?... A navalha magoá?...
Está mesmo um brinquinho, esplendida!... Que tal?...

Vocelencia parece, a modos, que o incomoda
Algun dente, talvez!?... Ah! isso é um instantinho!...
E' um momento, vai vêr!... Tiro-os á arte nova!...
—Pronto, pronto, já está!... Então?... Consoladinho?...

Vocelencia tem pôse a dentro de seu frák,
Acredite, é um Apólo autentico, perfeito!...
Mas que bêla figura!!... Eu já trago o Kodak!...
Eu tenho p'ra o retrato o mais soberbo geito!...

Mechido, a saltitar, sem mostras de cansaço
E' vê-lo em toda a parte o esquivo magricela...
E se em casa a metade estende o meigo braco
E' ouvi-lo cantar: — O' Mãe! O' Mãe olhe ela!...

DELFIN DE VIMARANES.

Coisas e Loisas

Vai alta a maré da calúnia. A imprensa reaccionária não perde ocasião de atacar a República e aqueles que a servem; e, como os meios lícitos escasseiam lá por casa vá de se fazer eco dos mais absurdos boatos, das mais inverosímeis notícias, para levar a água ao seu moinho. Coube agora a vez a Afonso Costa.

Fez essa imprensa enorme alarido em volta de uma suposta attitude menos patriótica do eminente republicano, actualmente residindo no estrangeiro. Afinal, rebentou-lhes a castanha na bóca. Nem era de esperar outra coisa. O Sr. Afonso Costa não mede o seu patriotismo, tantas vezes demonstrado, pelo dos pobres diabos que inventaram e propalaram a galga.

**

Cá e lá más fadas há. Aqui e ali como em toda-a-parte, o clericalismo é o mesmo, a mesma indole, os mesmos processos, as mesmas armas, os mesmos fins.

«El Debate» órgão reaccionário que se publica em Madrid, não dispensa a caluniasinha para mais facilmente levar a água ao seu moinho—ad majorem Dei gloriam.

Marcelino Domingo, republicano espanhol, viu-se na contingência de ter de fugir da sua pátria, por causa dos sucessos políticos lá ocorridos. Pois o órgão ultramontano não quis perder o ensejo e logo propalou que elle tinha levado consigo umas centenas de milhar de pesetas.

Chama-se a isto ter topete. Mas não é para estranhar. Ao que lêmos num diário de Lisboa, «El Debate» é useiro e vezairo na proeza. Males de origem. Nós também cá temos dessa fauna daninha, mestres na insidia, alhos na calúnia, pimpões na velhacaria e conselheiros na estupidez.

**

Um assinante de «A Voz» deseja saber o meio de livrar a igreja parochial de uma praga de morcégos que a infestam.

Diz-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens. Não há morcégo sem «Voz» nem «Voz» sem morcégo. Uma vez levei a «Voz» para casa e, com franqueza, até me senti morcégo.

Livre-se de «A Voz» e estará livre dos morcégos. Enxofre não, que está caro. Antes queime «A Voz» debaixo dos altares e... pronto; adeus morcégos.

Ou a lógica é uma batata, uma grande batata, ou o consulente de

«A Voz» exorbita no seu zelo pelas coisas divinas, agora sintetizadas na sua parochial.

Na verdade, que tem o sr. consulente do jornal ultramontano que reponter com os morcégos, quando os próprios santos lhes suportam todas as diabruras e irreverências?

O sr. consulente é um simples, um misero mortal, e de tal se não deve esquecer, sob pena de agravar a celestial magestade e o celestial poder dos canonizados que moram nas igrejas.

Pois, não é isso? E' lá com eles. Os morcégos sentem-se bem na semi-obscuridade dos templos, mais ou menos parochiais; aquela paz tumular, a abundância de caça e a segurança do asilo, são convidativos. E é um regalo vê-los, em dia de luminárias e festança, zig-zaguear, tonfos de luz e de medo, de um buraco para outro, de um altar para outro altar...

Caprichosos e irreverentes, tanto espanejam o cráneo luzidio de um modesto mártir, como balem as azas nas barbas fridas do mais venerando apóstolo. E os santos, e o Padre Eterno e o mesmo Espirito Santo, não se importam, deixam corriêr, como se aquêl estouvado traquina estivesse também em cheiro de santidade, como se o morcégo fosse da família.

E quer então o sr. consulente de «A Voz» que lhe deem mêsinha com que livre a talha da sua igreja da praga dos morcégos! Não meta o nariz onde não é chamado. E' lá com eles.

Quanto á imundície, aos dejectos, paciência. Certos morcégos há que veem das igrejas fazer as suas dejectões pestilentas nas columnas de certos jornais e ninguém lhes vai á mão. São necessidades.

**

Houve, há pouco, um movimento revolucionário no Brasil. Na barafunda própria do momento, o telégrafo apontou vários nomes para a presidência da Republica.

Ora havia probabilidades a favor d'este, ora daquêl, como sempre acontece em tais ocasiões, sobretudo quando são várias as facções em luta, como no caso presente. Pelo que isto não devia fazer cócegas a ninguém. Mas fe-las. Fez cócegas na lingua de Nemo, que é, pelo visto, muito sensível, tão sensível como daninha.

Este saquinho de veneno, porque 3 ou 4 nomes eram indicados para a presidência, logo subiu ao pulpito e preambuló sobre a indisciplina e a desorganização das democracias.

«Sem acinte para o Brasil, que tem agora 4 presidentes distintos e nenhum verdadeiro...» diz o imparcial conselheiro. E isto, continua o austero trampalheiro,

fôra os presidentes dos Estados, que são 20, e fôra também o aspirante a presidente, sr. dr. Bernardino Machado».

Este fole de peçonha não perde ensejo de atacar tudo o que lhe cheire a República. E como lhe não bastem as dentadas que vem dando, com desatino e teimosia de maníaco, na que em Portugal se implantou em 5 de Outubro de 1910, vai alongando os colmilhos para atingir a de outros povos.

Burro velho não toma andadura, é bem certo. E este, então, que tem escola de cigano...

Ora, vistas as coisas, o Brasil não teve os tais 4 presidentes que provocaram a bilis de Nemo; mas, se, por momentos, os tivesse?

Será isso mal exclusivo das democracias? Não. Nos impérios mais despóticos, nas monarquias mais absolutas e ainda nas aristocracias, o mal, di-lo a História e dizem-nos as santas escrituras, é bem notório. D. Diniz e o filho, D. Miguel e D. Pedro, guerrearam-se. Na Espanha e na França, em todos os Estados se acusam lutas de pretendentes ao trôno, muito antes das chancelarias falarem em republicas.

Mas, há mais: na própria história da igreja católica, a seita do conselheiro, há provas concludentes de que a indisciplina, que tantos engulhos causa a Nemo, não é exclusiva das democracias.

Não se lembra o fole de veneno do «isma» dos scismas? Não se lembra daquêl dos e três papas, que o espirito santo elegeu, e que com toda a sua infalibilidade se cobriram dos maiores insultos e dos mais furiosos anatemas, á falta de outras armas?

O' se lembra!... Bem sei que isto não vem na Bíblia, nem na cartilha do padre Inácio; mas está na História, que se não faz com a má-fé com que o cavalleiro deturpa os factos.

Transcrevemos: «Convidado pelo sr. J. Arthuys para tomar parte em Roma em conversas financeiras, pude comprovar que o fascismo, e Mussolini em particular, tinha ideias absurdas sobre a organização financeira de um estado moderno».

E ainda: «Em 1928 repeli o nome de fascista para não conservar nada que me pudesse fazer pensar que tinha qualquer contacto com um Estado que se tinha transformado no pior inimigo do sindicalismo».

«Estas foram as razões que me levaram, em 1929, a procurar de novo Fr. Nitti, o eminente homem de Estado que Mussoli tentou fazer assassinar...»

«Estou muito orgulhoso por me associar assim á critica do fascismo. Enganado, como muitos dos meus compatriotas pelo vocabulário socialista e sindicalista de Mussolini, contribuí grandemente, em 1925 e 1926, para dar prestigio em França ao fascismo italiano... E' necessário que eu repare esse erro. Devo estar na primeira fila entre os que denunciavam á Europa á impostura fascista...»

Leram? Tais palavras são do insuspeito Georges Valois, que esteve filiado na «Action Française» sob a direcção do famigerado Nemo, digo, Charles Maurras, o chefe do mostrengo que dá pelo nome de integralismo, onde os nossos cassapos desmiolados foram buscar (eu ia dizer mamar) as suas prehistóricas teorias políticas.

Aquella demagogia que é o fascismo, que tantos louvores merece aos reaccionários cá da grel, aquêl despotismo e aquêl arbitrio em que Mussolini funda o seu poder, tem nas palavras que actua transcrevemos a critica justa e o epitáfio condigno.

Lêde e propagai «A Velha Guarda»

Caridade ou selvajaria?

Por toda a Guimarães, primeiro em borborinho, e já depois precisado o facto, correu célere a nova da prática dum acto que, em vez de traduzir caridade, revela requintada selvajaria, falta de carinho e de sentimento.

Quem anda habituado a considerar a caridade como prática do bem e sentimento d'amôr, ao ter conhecimento do facto ocorrido, próprio dum paranoico ou dum individuo de maus instintos, logo se achou tomado de revolta, os nervos distendidos pela indignação e pela repulsa.

«Seria possível...? Oh! na verdade o caso deu-se. Deu-se e operou-se».

Demais a mais, posta em foco uma criança, tímida como uma innocente avesita, o instinto de maldade que assim a fizera sobresair, digno se torna dum correctivo para exemplo.

Explicueinos: Num dos Azilos da cidade e, por fatalidade de família, recebia a sua educação uma infeliz innocente que a caridade recolhêra.

Doença ou quê, a petiza urinava na cama, inconscientemente ou porque a constituição do organismo a isto a obrigava—admitida a hipótese que lhe haviam ensinado a praticar o bacio como a regularidade manda.

Pois, senhores: um dos directores daquele estabelecimento de caridade, julgando matar o mal pela raiz, se melhor o resolveu melhor o fez.

Em todo o rigôr d'este inverno duro e inclemente, ordenou que a criança se despisse, e julgando tratar-se, não duma innocente mas sim de qualquer animal, á força de mangueira e de água fria, seringou, seringou quem nunca comprehendeu a razão de a tal tratamento se sujeitar, espantadinho e receoso.

A pequena suplicante, cheia de horrôr e com os olhos rasos de lágrimas, fugiu e abrigou-se num esconderijo qualquer durante dois dias.

O director, orgulhoso do seu gesto, pensou ter escorraçado uma «porca» que só aquêl azilo tinha vindo para mau exemplo das internadas.

Decorridos os dois dias, sem que qualquer migalha tivesse comido, a criança foi descoberta em sua toca, e quem a viu—conta-se—, descobriu-lhe no olhar ainda aquêl indício, de temor tal e qual o que ela revelára ao sentir o jacto frio da agulbeta.

«E' isto caridade?
«E' isto ensino?
«E' isto higiene?
«E' isto amôr pela desgraça do proximo?
Não, caros leitores.
E' uma requintada selvajaria».

ANUNCIO

Augusto José de Paiva, negociante, da freguesia de Serzedelo, convida qualquer credor incerto a apresentar as suas contas no praso de 15 dias, a contar da primeira publicação do presente anuncio, em sua casa, em Serzedelo.

VENDE-SE

Automóvel «Overland», 5 lugares, em bom estado.
Falar na Praça de D. Afonso Henriques, 38 e 39.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

EDITAL

Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Guimarães:

Faz público que em sessão realizada no dia vinte e um do mez corrente e ano foram sorteadas, para amortização as seguintes obrigações:

Empréstimo Geral de 92.500\$00.

1.ª Série

N.ºs 128, 129, 138, 166, 168, 190, 261, 265, 281, 304, 315 e 323.

2.ª Série

N.ºs 316, 317, 327, 339 e 345.

3.ª Série

N.ºs 27, 28 e 32.

Ultima Série

N.ºs 47, 55, 56, 109 e 111.

Empréstimo de Viação de 45.500\$00.

1.ª Série

N.ºs 15, 179, 180, 181, 186, 191, 217, 227, 249 e 250.

2.ª Série

N.ºs 10, 15, 18, 37, 38, 45, 51, 64, 94, 117 e 120.

Ultima Série

N.ºs 54, 55, 59 e 67.

Empréstimo das Redes Telefónicas.

N.ºs 145, 167, 177, 185, 186, 187, 190, 193, 213 e 214.

Empréstimo das Aguas das Taipas.

N.ºs 7, 15, 24, 25, 35, 39, 56, 78, 82 e 83.

Faz mais público que o pagamento destas obrigações e juros vencidos destes empréstimos far-se-há na Tezouraria Municipal desde o dia 16 de Fevereiro próximo futuro, desde as 11 ás 16 horas, devendo os obrigacionistas apresentar da Secreraria da Câmara os respectivos títulos, afim de serem cancelados, e solicitar o necessário conhecimento de liquidação dos juros vencidos, e, bem assim, as obrigações para nelas ser lançada a nota de pagamento. As obrigações sorteadas deixam de vencer juros desde o dia 1 do corrente mez.

Para que ninguém alegue ignorância, se expediu este edital e outros de igual teor que serão afixados nos lugares do costume.

Guimarães, Secretaria da Câmara Municipal, 27 de Janeiro de 1931. E eu, Américo de Oliveira Durão, Chefe da Secretaria, o subscrevi.

O Vice-Presidente,

a) Duarte do Amaral Pinto de Freitas.